

# *Saúde, Ambiente, Produção e o Enfoque de Risco<sup>1</sup>*

*Renato Rocha Lieber<sup>2</sup>  
Nicolina Silvana Romano<sup>3</sup>*

## **1. INTRODUÇÃO**

A Correlação de saúde, ambiente e produção sob um enfoque de risco (ou sob qualquer outro) impõe automaticamente a exigência de definições prévias. É o domínio das coisas pelo senso comum, proporcionando significados difusos, que nos leva à explicitação de definições, sem nos atermos ao processo subjacente de limitação que se estabelece.<sup>4</sup> A proposta dessa análise, ainda que não se possa escapar dessa (de) limitação, é (audaciosamente) ampliar esse sistema de significações, buscando-se o *inusitado*. Parte-se do pressuposto que qualquer ação transformadora exige tanto a percepção do *possível* (definidor dos meios,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao V Encontro da ABET (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho), Rio de Janeiro, 10-2.09.1997.

<sup>2</sup> Engenheiro Químico e Ambiental, Mestre em Saúde Pública, professor assistente no Departamento de Produção da Faculdade de Engenharia da UNESP, Campus de Guaratinguetá, Caixa Postal 205, CEP 12500-00 Guaratinguetá, SP.

<sup>3</sup> Farmacêutica Bioquímica, Mestre e Doutora em Saúde Pública, professora assistente doutora no Departamento de Ciências da Saúde da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto - USP.

<sup>4</sup> Adorno, TW & Horkheimer M. Dialética do esclarecimento. RJ, Zahar, 1986.

o “como”) como do *desejável* (definidor de objetivos, o “quê”) e ainda, que este desejável não pode ser buscado no possível.<sup>5</sup>

A rigor, tanto a investigação do desejável como do possível para a saúde humana, para o ambiente (enquanto natureza transformada pelo homem) e para a produção (enquanto atividade transformadora do homem) deveriam ser conduzidas na profundezas da ontologia.<sup>6</sup> O desejável prende-se à uma concepção de *dever ser* e só pode, portanto, ser definido a partir da compreensão do *ser*. Da mesma forma colocar-se-ia o possível, na sua contínua aspiração ao *que é*. Por sorte, as múltiplas possibilidades de concepção do mundo não restringem a ontologia, pelo contrário, e é justamente esse dissenso que nos possibilita a descoberta do absolutamente novo, desse inusitado.

Embora desejável, a investigação sistemática das diferentes concepções ontológicas do homem e da sua condição não seriam possíveis nessas poucas páginas. O que se pretende mostrar é a possibilidade da *crítica dirigida aos conceitos em uso* como forma de avaliar as transformações das condições de trabalho. Os trabalhos de campo citados adiante, bem como os seus achados, devem ser compreendidos como frutos desse exercício crítico, o qual toma por base, implicitamente, o questionamento ontológico.<sup>7</sup>

## 2. CONCEITOS DE SAÚDE

No campo de saúde coletiva o conceito de saúde como “...o mais completo bem-estar físico e mental...” apresenta-se indiscutível e

<sup>5</sup> Mangabeira-Unger tem destacado em suas análises políticas que o modelo atual de capitalismo tardio destaca-se por confundir o possível com o desejável. É a exclusão de um conceito de utopia que tem trazido um certo desalento. O fim do socialismo soviético pode ser interpretado como o fim da maior utopia desse século, a qual, numa autêntica expressão da modernidade, buscava a racionalidade absoluta. A expressão típica dessa racionalidade foi a insistência em eliminar contradições, como na crítica da contradição interna do capitalismo, ao invés de se buscar a superação. O fato ontológico de que a vida em si já constitui uma contradição no universo, p. ex., nunca pôde ser objeto de reflexão.

<sup>6</sup> Ontologia compreende-se aqui como o ramo da filosofia que busca a essência do ser. De forma simples, trata de como percebemos a realidade da qual fazemos parte. A ontologia busca a “realidade última dos seres” ou a essência de toda realidade” Chauí, M Convite à filosofia. 5ed, São Paulo, Atica, 1995, p. 42.

<sup>7</sup> Exemplo nesse sentido, mostrando as possibilidades do enfoque fenomenológico, é Lieber RR, Discurso operário, alteridade e as possibilidades brasileiras de transformação das condições de trabalho. In: Encontro nacional de estudos do trabalho. 4º, São Paulo, Associação Brasileira de Estudos do trabalho, ABET. Anais. São Paulo, ABET/FEA-USP. (prelo).

auto-suficiente em seus termos, ou seja, uma ideologia<sup>8</sup>. Escapar da conceituação ideológica é ainda um problema para o pensamento contemporâneo, pois a crítica a uma ideologia se traduz também na expressão de outra ideologia<sup>9</sup>. Mas, ainda que não possamos fazer diferente, podemos evidenciar que esse conceito colocado pela OMS (talvez traduzindo o seu empenho ideológico) expressa um conceito tão difuso (bem-estar) quanto aquele que pretende definir (saúde). Não se trata de vício tautológico (“ter saúde é estar saudável”) mas de formalizar colocação que nos traz de volta ao ponto de partida: saber tudo e nada ao mesmo tempo. Mais ainda, como “saúde” é “bem-estar” e como “bem-estar” pode ser qualquer coisa (“*o mais completo*”) e, como qualquer coisa tanto pode ser tudo como pode ser nada, ficamos a rigor novamente onde estávamos. Assim sendo, a menos que possamos conceituar “bem-estar” e seus sinônimos (conforto, satisfação), a definição da OMS não pode nos levar a parte alguma na transformação desejada.

Conceituar bem-estar foi uma preocupação do filósofo espanhol Ortega y Gasset<sup>10</sup> na década de 30. Para ele, *Bem-estar* seria mais que *Estar*. *Estar* seria a característica de todos seres vivos no mundo, os quais estão buscando o estar-no-mundo. As condições que estabelecem o *Estar* são as condições da sobrevivência, imposta a todo ser vivo. Assim, o alimentar-se, o abrigar-se, o defender-se e o aquecer-se no frio ou resfriar-se no calor não seriam condições de Bem-estar, mas somente de *Estar*, pois todos os seres vivos dependem dessas condições para tal. Nesses termos, a busca de conforto não seria busca de Bem-estar, pois todos os seres vivos buscam o conforto de acordo com a sua condição. Mas o homem, ao contrário dos demais seres vivos, questiona o seu papel no mundo e, portanto, não se satisfaz com o estar-no-mundo. Consequentemente, ao homem não basta o *Estar*, por isso ele busca Bem-estar. O “*Bem estar*” seria o quê está além do *Estar*, seria aquilo necessariamente não essencial à vida; ou seja, o *supérfluo*.

As implicações do conceito de bem-estar de Ortega y Gasset e, consequentemente, para o atual conceito de saúde, são inimagináveis, pois fogem da lógica dominante. Por exemplo, o álcool e o tabaco são para

---

<sup>8</sup> Zizek S. Um mapa da ideologia. RJ, Contraponto, 1996.

<sup>9</sup> A teoria crítica propõe que a ideologia só pode ser contornada pela crítica de seus argumentos e contra-argumentos, Zizek, op. cit.

<sup>10</sup> Ortega y Gasset J Meditação da técnica. RJ, Livro Ibero-Americano, 1963.

Ortega y Gasset os maiores símbolos do bem-estar, pois o homem, ao buscá-los, busca o além do Estar, busca o supérfluo, busca o "Bem estar". Não é sem razão, assim, o comportamento "escandaloso" dos marginalizados. O mendigo buscando tais "supérfluos" nada mais estaria do que buscando o resgate da sua condição humana aviltada, pois, alimentá-los, vesti-los e livrá-los dos parasitas que interferem na sua sobrevivência corresponderia apenas à condição do Estar, exigência de qualquer ser vivo.

Estaria o sistema de saúde promovendo/proporcionando "saúde" à população? Pode o homem estar no mundo sem "Bem estar"? Mas e qual é o papel do trabalho? Trata-se de um "Estar" ou "Bem estar"? Está o trabalho proporcionando ou se apropriando do "Bem estar"? Para responder deveremos antes investigar também algumas possibilidades de conceito do próprio trabalho.

### 3. CONCEITO DE TRABALHO E PRODUÇÃO

Estima-se que o gênero da espécie humana tenha aproximadamente 1 milhão de anos (certamente mais de 700.000 anos), enquanto que a cultura ocidental data dos últimos 2.500 anos. Há sentido em buscarmos o conceito de trabalho nessa cultura? Encontraremos nessa o sentido do trabalho para o homem ou o sentido que o homem tem dado ao trabalho? Tais questionamentos não são irrelevantes. Só na história recente dos últimos 100 anos já pudemos conhecer significados tão díspares para o trabalho que vão desde o castigo de Adão na tradição judaico-cristã até a mais pura instrumentalização nos tempos atuais da "terceirização", representando-o como nada além de "mercadoria virtual". O conceito de trabalho se apresenta, assim, como histórico e contingente.

Nas culturas "a-históricas"<sup>11</sup>, pelo contrário, não se pode falar de trabalho mas sim de atendimento de necessidades ou das contingências capazes de interferir no ócio<sup>12</sup>. O atendimento dessas necessidades não exige a exclusão da dor ou prazer. E aquilo que entendemos como "trabalho", para o homem primitivo, pode ser uma autêntica atividade lúdica.

As conotações dolorosas (ou, também prazerosas) que damos hoje ao trabalho têm origem no pensamento clássico da antiguidade. Os gregos, numa concepção dicotômica do mundo, estabeleceram uma

<sup>11</sup> Essa expressão é de Levi-Strauss.

<sup>12</sup> A caça e a coleta na sociedade primitiva ocupa entre 500 a 1000 h/ano enquanto que o trabalho industrial já chegou a ocupar 3000 h/ano do trabalhador.

distinção entre trabalho e labor para aquilo que hoje concebemos como “trabalho”<sup>13</sup>. Labor seria tudo aquilo que produzimos para atender nossas necessidades de manutenção da vida. O seu produto está destinado ao consumo, ao desaparecimento. Enquanto que o trabalho seria toda atividade humana livre das necessidades mundanas, seria aquilo destinado à perenidade, como a poesia. As atividades de labor eram desprezadas pelos gregos e destinadas aos escravos, pois o homem que estivesse submetido às necessidades não poderia estar livre de fato, não poderia se ocupar dos problemas políticos da polis, não poderia ser cidadão. O trabalho seria a única realização verdadeiramente humana.<sup>14</sup>

Será mais tarde, na expressão do idealismo e seguindo a tradição clássica alemã, que Hegel vai retomar esses conceitos e propor a aproximação do trabalho à linguagem, percebendo a convergência nos propósitos de redução da solidão do homem. O trabalho, enquanto algo permanente não destinado ao consumo, atenderia à concretização da subjetividade humana. É no produto do meu trabalho que o Outro pode captar a minha percepção de mundo e é na percepção do outro que posso me conhecer. O mercado, enquanto espaço público, seria a condição física para essas descobertas.

Pode o homem alcançar a condição humana sem ultrapassar a sua solidão? Pode o homem “viver” sem trabalho? Ainda que ao homem escravo antigo ou ao *homo laborans*<sup>15</sup> moderno tenha sido atribuída a função de apenas laborar, de fato isso acontece?<sup>16</sup> Quando estudamos o sistema “racionalizado” podemos perceber que, ainda que a linha de montagem tente excluir o trabalho, transformando o fazer em labor, o trabalhador não exclui a busca de um sentido na sua ação.<sup>17</sup> Não raramente, tal sentido passa a ser a ultrapassagem da própria “racionalização” imposta e que exclui a sua singularidade.<sup>18</sup>

<sup>13</sup> Arendt H A condição humana. 6a ed., RJ, Forense Univ., 1993.

<sup>14</sup> É discutível se essa divisão existe de fato na forma absoluta.

<sup>15</sup> H. arendt, op. cit.

<sup>16</sup> v. nota 12.

<sup>17</sup> A linha de montagem representa a autêntica aplicação dos princípios de “racionalização” do trabalho. Nos princípios de Taylor pressupõe-se a divisão das tarefas, incluindo a separação entre o fazer e o pensar (respectivamente, operário e gerência). No sistema fordista a decisão sobre o fazer está ainda excluída no tempo e no espaço (linha de montagem), ou seja, é um fazer absolutamente subordinado.

<sup>18</sup> Na condição exemplificada, o resgate da autodeterminação constitui o desafio operário.

Retomando a questão do item anterior, se bem-estar é aquilo que nos caracteriza como condição humana, trabalho é necessariamente um determinante de bem-estar. Mas se bem-estar corresponde à condição do supérfluo, o mero “ganhar o pão”, como o labor proporcionado por “qualquer trabalho”, só pode corresponder ao estar. É assim que podemos interpretar o papel do conteúdo das tarefas no trabalho para a promoção da saúde.

#### 4. CONCEITO DE RISCOS E SEUS INDICADORES

Risco é uma palavra de etimologia relativamente recente. O fato desse termo indicar tanto a probabilidade de um evento indesejável, quanto o traço de uma linha, parece estar associado à linha de fratura nos cascos de antigos navios. Estes, quando se dirigiam ao novo mundo, já podiam contratar seguro para o empreendimento.<sup>19</sup> Na produção, o conceito de risco foi e tem sido usado na avaliação de segurança de sistemas. As contribuições à saúde do trabalhador com o emprego desse conceito ainda vêm mais por decorrência do que por propósito propriamente.

Na saúde coletiva o enfoque de risco tem sido uma proposta de uso crescente, particularmente a partir da década de 70. O emprego desse conceito vai definir-se nos EUA na metade da década de 60.<sup>20</sup> Embora a análise de riscos tenha sido desenvolvida na prática epidemiológica especialmente para estudar fatores que condicionam a ocorrência e evolução de doenças crônicas, tal abordagem atualmente tem aplicação ampla, consagrando o termo fatores de risco. O reconhecimento de que todos os processos de saúde e doença de uma população obedecem a múltiplas causas e de que estas derivam tanto das condições culturais, sociais e econômicas quanto das características físicas e biológicas dos indivíduos e seu ambiente, tem levado a estender o uso do método a todo tipo de problemas, crônicos e agudos, incluindo os acidentes e as doenças

---

A expressão desse desafio não estaria na contestação do sistema em sua forma de organização (taylorista-fordista) propriamente (que é mais produtiva), mas sim na sua essência desumanizadora. É por isso que nas células de manufatura onde há maior autonomia, os operários continuam optando pela divisão do trabalho, enquanto que nas linhas de montagem, o operário, através do desenvolvimento de habilidades imprevistas pelo sistema, busca “apropriar-se” de segundos, tentando ultrapassar esse mesmo sistema imposto.

<sup>19</sup> Almeida-Filho, N. A clínica e a epidemiologia. RJ, ABRASCO, 1992.

<sup>20</sup> Almeida Filho, N. & Rouquayrol, M.Z. Introdução à Epidemiologia Moderna. Salvador - Rio de Janeiro, APCE/ABRASCO, 1990.

infecciosas.<sup>21</sup> Desde então, seu uso tem sido tão indiscriminado que nos tempos atuais já se denuncia uma “epidemia de riscos”.<sup>22</sup>

Os fatores de risco são características ou circunstâncias cuja presença está associada a um aumento da probabilidade de que o dano venha a ocorrer, sem prejudicar se o fator em questão é ou não uma das causas do dano.<sup>23</sup> Os fatores de risco podem ser causa ou sinais do evento indesejado. Entretanto, em qualquer circunstância e indistintamente, devem sempre ser observados ou identificados antes da ocorrência daquele evento prenunciado.<sup>24</sup> Nem todas as características associadas ao indivíduo tomam parte na cadeia da causalidade. Entretanto, as características ligadas diretamente ao processo patológico são geralmente fatores causais, mesmo que não se conheça a via de ação.<sup>25</sup> Por eliminação, os demais fatores com associação estatística são denominados não-causais.<sup>26</sup>

#### 4.1 - Aplicação do Conceito de Risco nos Processos Produtivos

A rigor, os estudos de riscos em processos produtivos devem ser limitados aos equipamentos. A falha humana presumida deve ser considerada à parte no estudo probabilístico de eventos. Um estudo de risco em uma instalação industrial é a descrição de uma instalação como um sistema de constituintes interdependente (dependências do tipo “e” ou do tipo “ou”). O comportamento desse sistema pode ser interpretado ou mesmo calculado por técnicas conhecidas. As mais populares são “árvore de eventos” e “árvore de falhas”, cuja distinção decorre mais do propósito

---

<sup>21</sup> Plaut, R. Analisis de riesgo. Alcance y limitaciones para el administrador de salud. Bol. Of. Sanit. Panam., 96: 296-306, 1984

<sup>22</sup> Skolbekken, J The risk epidemic in medical journals. Soc. Sci. Med., 40(3):291-305, 1995.

<sup>23</sup> Plaut, op. cit.

<sup>24</sup> Backett, E.M.; Davies, A.M.; Petros-Barvazian, A. El concepto de riesgo en la asistencia sanitaria. Ginebra, Organizacion Mundial de la Salud, 1985. (OMS - Cuadernos de Salud publica, 76).

<sup>25</sup> Backett et al., op. cit.

<sup>26</sup> Em nossa língua tem sido empregada a expressão “sinais” ou “indicadores”, conf. Alvarenga, A.T. O enfoque de risco. [Apresentado no Painel: “Ações básicas de saúde da criança”, sob coordenação de GUEDES, J.S.]. In: Seminário Estadual de Saúde da Criança, 2o, São Paulo, 1986. Anais. São Paulo, Instituto de Saúde - Secretaria de Estado da Saúde, 1987. p. 19-24.

do que da técnica em si. Na árvore de eventos, parte-se de um evento qualquer e tenta-se estabelecer as possíveis conseqüências do evento ocorrer. Na árvore de falhas, parte-se de uma ocorrência indesejável e busca-se os eventos que a determinaram. Calcula-se a probabilidade de ocorrência do evento terminal a partir das probabilidades “assumidas” de falha nos constituintes. Por exemplo, pode-se afirmar que há  $10^{-15}$  probabilidades de explosão de uma caldeira se houver  $10^{-3}$  probabilidades de sobreprensão e  $10^{-5}$  probabilidades de falha na válvula de segurança. Em termos práticos a técnica pode exigir grandes capacidades computacionais, explicando a sua popularização só a partir dos anos 60.

Nos anos 70 a técnica passou a ser empregada de forma mais ampla, reconsiderando a exclusão da falha humana na análise de falhas em sistemas. A catástrofe do projeto espacial norte-americano Apolo estimulou uma nova concepção no emprego desse instrumento. Mostrou-se, p. ex., que a explosão de um foguete tripulado podia estar associada a uma falha na vedação de combustível e esta, a um evento doméstico na vida do responsável pela confecção daquela junta de vedação.<sup>27</sup> Por um lado, a concepção ampliada de um sistema de trabalho, ao incluir o trabalhador, possibilitou demonstrar as condições de trabalho e de vida como fatores determinantes de falha. Por outro, ao incluir o homem dentro desse sistema máquina, reforçou-se o mito cartesiano da interpretação das ações humanas como um sistema mecânico, livre de contingências. Ainda que as possibilidades de interferência na vida pessoal do trabalhador já estivessem sendo rechaçadas desde as tentativas de controle por Ford, as medidas enfatizando a disciplina no trabalho prognosticadas por Taylor foram reforçadas.

Atualmente, a técnica de “árvore de falhas” tem sido proposta por alguns como a técnica mais indicada na investigação de acidentes de trabalho.<sup>28</sup> Ainda que a aproximação multicausal venha a constituir um inegável avanço<sup>29</sup> na “etiologia” da falha restrita ao erro humano, a técnica em si traz limitações que os técnicos raramente reconhecem. Por exemplo, ainda que a “árvore” possa explicar porque um acidente acontece, quando um conjunto de eventos se sucedem, a mesma “árvore” não explica porque o acidente não ocorre quando se observa esse mesmo encadeamento de

<sup>27</sup> Ferry, TS Modern accident investigation and analysis. NY, J. Wiley, 1988.

<sup>28</sup> Binder MC e col. Árvore de causas. SP, Publisher, 1995. e Carmo J.C. e col. Acidentes do trabalho. In: Mendes R. Patologia do trabalho. SP, Ateneu, 1995. pp. 432-55.e

<sup>29</sup> Tal avanço tem sido contestado, entre outros, por Breith J. Epidemiologia, economia, política e saúde. SP, Unesp/Hucitec, 1991.

eventos. Ou seja, pela interpretação da “árvore” deveria haver muito mais acidentes do que se observa no cotidiano perigoso. Na verdade, os técnicos bem intencionados e buscando resgatar a condição humana, ao excluir o “ato inseguro” da causalidade, acabam excluindo a própria condição humana. O homem não é uma extensão da máquina para ser interpretado como um componente de um sistema, indiferente ao seu passado ou ao seu futuro.

#### 4.2 - Risco e a Condição Humana

*De todos os animais que podem ser considerados possíveis vítimas sacrificiais, o homem é o único que pode cumprir sacrifícios<sup>30</sup>.*

O nível da instrumentalização do conceito de risco que se impõe hoje, graças ao exercício técnico e às suas abstrações probabilísticas, atinge o supremo refinamento de excluir a essência do próprio risco. Tudo se apresenta como se convivêssemos sob um denominador comum, pressupondo interesses compartilhados harmoniosamente, sob o mesmo poder de barganha. Assim, probabilidades são comparadas para se mostrar, p. ex., que o risco de se morrer por contaminação por organoclorados é 10.000 vezes maior quando decorrente da água tratada do que por contaminação por PCB (bifenilas policloradas).<sup>31</sup> Se o senso comum rejeita tais comparações, por não aceitar os “risco menores” (como a contaminação por PCB) ou por deliberadamente se expor aos “riscos maiores” (tabagismo, alpinismo, etc.), os “*riscólogos*” nos lembram “*como as pessoas são irremediavelmente irracionais*”. Para tanto, consagram até mesmo novas terminologias, diferenciando aquilo que se estabelece tecnicamente como perigo (*hazard*) do ultrage, ou insulto (*outrage*)<sup>32</sup>, ou seja, aquilo que o público dimensiona na sua confiança, no seu medo, na sua repulsa etc. Mais ainda, se a avaliação de risco não “confere” com a razão, o problema não é da avaliação técnica, mas sim da “comunicação”. P. ex., no caso recente no Rio de Janeiro em que

<sup>30</sup> Definição clássica para o homem na obra dos Vedas, Malamoud C. *Cooking the world. Ritual and thought in ancient India*. Oxford, Oxford Univ. Press, 1995.

<sup>31</sup> Wilson R & Crouch EA *Science*, 1996.

<sup>32</sup> Sandman, PM *Harzads versus outrage in the public perception of risk*. In: Covello T et al. (ed) *Effective risk communication*. NY, Plenum, 1989, 45-49.

várias crianças foram intoxicadas com Ascarel (PCB) em uma subestação de força abandonada pelo (e do) Metrô, o presidente da empresa alegava:

*“A responsabilidade pelo vazamento é dos favelados que invadiram a subestação...O problema é a falta de informação, não de segurança”.*<sup>33</sup>

As questões fundamentais do tipo: quem cria o risco e quem se beneficia do risco criado são evidentemente não lembradas nesse jogo cínico de interesses. Mas muito mais preocupante é o pressuposto (talvez sincero) de que a “*informação*” ou, como em nossos ambientes de trabalho, a “*conscientização*” possa ser o instrumento de salvação dessas pessoas. Na verdade, como o senso comum é considerado “*irracional*”, não se pode esperar que essa “*informação a ser prestada*” venha a ser muito diferente da doutrinação, ou mesmo da intimidação.

Em contrapartida, continuam incompreendidos o comportamento “*irracional*” do trabalhador que recusa o óculos de segurança restritor do seu campo de visão. O mesmo que abandona o protetor auricular eliminador das suas possibilidades de comunicação, o mesmo que não usa o cinto de segurança restritor de seus deslocamentos. Continua incompreendida a (i)racionalidade do trabalhador que recusa aquilo que constitui impedimentos produtivos.<sup>34</sup> Continua-se ignorando o custo adicional decorrente destes impedimentos, como se os benefícios presumidos justificassem (ao trabalhador) a redução da sua capacidade produtiva. Tudo se passa como se o trabalhador fosse indiferente à manutenção ou à otimização desta capacidade.

Embora hoje a ontologia venha sendo usada até mesmo para se escapar dessa irracionalidade (e da mesma forma, da racionalidade), tentando-se compreender a aceitação do risco como um fenômeno cultural<sup>35</sup>, não há busca de significado do risco para a condição humana. Seria apenas a condição de controle que justificaria a nossa rejeição automática para riscos coletivos, aceitando com menos restrição os de

<sup>33</sup> Entrevista publicada no OESP, 4/7/96, pg. C4.

<sup>34</sup> Lieber RR As condições de trabalho e as estratégias do trabalhador na construção civil brasileira: Uma possibilidade de normalidade normal? In Congresso nacional sobre condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção. RJ, Fundacentro, 1995. Anais.(prelo); Lieber, RR Percepção de riscos à saúde e das alternativas de controle pelos trabalhadores. In: Fischer FM e col. Ambiente de trabalho na indústria gráfica. 1996.(inédito) ; v. também nota 6.

<sup>35</sup> Adams J. Risk. London, Univ. Col. London, 1995.

caráter individual? Trata-se apenas da garantia da nossa singularidade? Para essas questões os conceitos correntes continuam insuficientes, proliferando alternativas calcadas no psicologismo funcional ou patológico.

#### **4.2.1 - Mito, risco e sacrifício: o risco como racionalizador do sacrifício**

Na “Dialética do esclarecimento”<sup>36</sup>, Adorno e Horkheimer analisam como o mito constitui esclarecimento e como este converte-se naquele. Na demonstração dessa tese, os autores analisam o mito da *Odisséia*, classificando-o como um dos mais antigos e representativos da burguesia ocidental. Nessa obra clássica, estudam os conceitos de sacrifício e renúncia e mostram como o mito do sacrifício para poupar sacrifício no processo da dominação da natureza nos alcança até os tempos modernos. Para eles, a história da civilização é a história da introversão do sacrifício, uma história da renúncia. A interpretação mágica e coletiva do sacrifício, negando totalmente a sua irracionalidade, seria a sua racionalização.

Os objetivos de Adorno e Horkheimer prendem-se à análise da condição burguesa, ao mostrar como essa racionalização do sacrifício progride atingindo a troca, como secularização do sacrifício. O logro presta-se para dominar, dominar os deuses através do sacrifício, derrubando-os exatamente através do sistema de veneração. Transformar o sacrifício em subjetividade faria parte daquela astúcia que sempre teve uma parte no sacrifício e mais: “*Na inverdade da astúcia a fraude presente no sacrifício torna-se caráter*”.

É assim que o herói de Homero, para enfrentar o canto das sereias, se amarra ao mastro do navio e selvagememente tenta se desamarrear como selvagememente é o seu canto. É com a astúcia (ou logro) que o desafio é superado, pois a lenda não diz se deve-se ouvir o canto amarrado ou não. Embora os remadores tenham botões de cera nos ouvidos, Ulisses cumpre a sua parte, mas furta-se ao sacrifício sacrificando-se.

Na viagem de Ulisses, Adorno e Horkheimer percebem aquilo que a teoria burguesa fixou posteriormente ao conceito de risco: a possibilidade de ruína é a justificação moral do lucro. É o logro transformado em astúcia. Diante das forças da natureza a escolha é lograr ou arruinar-se. Mas o homem, diante das adversidades que o transcendem, deve estar preparado ao sacrifício, um sacrifício que poupa sacrifício.

Por essa exposição percebe-se como pode ser sutil a ambigüi-

<sup>36</sup> Adorno T. W. & Horkheimer M. op. cit.

dade aplicada no processo de dominação envolvida na condição do trabalho. Por um extremo temos a doutrinação dos “*executivos competitivos*” nos termos “*É necessário improvisar e arriscar*”,<sup>37</sup> por outro, temos a psicopatologia aproximando o pedreiro no andaime ao “*psicopata suicida*”.<sup>38</sup> Parece que além do “*sacrifício que poupa sacrifício*” não ser igual para todos, muitos nem sequer tem o direito reconhecido de aproximar-se do altar. Arriscar a ruína de milhares de pessoas na prova de uma teoria econômica continua sendo bem aceita ainda nos tempos atuais, mas não a prova de limites que o trabalhador acidentado experimentou ao refutar prescrições de trabalho absurdas. Poupar sacrifício sacrificando-se através do risco nunca foi um direito universal, como nunca foi o direito de opção da vítima sacrificada.

Tal como na *Odisséia*, os trabalhadores, como novos remadores, devem manter-se insensíveis ao apelos da fronteira da capacidade humana. Só aos “gerentes”, como o nosso herói Ulisses, cabe a prestação de “sacrifícios”, ao imolar no altar do mercado justamente os empregos, a saúde e a vida destes que trabalham. São os novos sacerdotes da nova crença dominante: a “*empresa imortal*”.<sup>39</sup>

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“A hostilidade ao prazer decerto não é separável da conveniência com a disciplina de uma sociedade cuja essência é exigir mais do que conceder.”*

*T. Adorno*<sup>40</sup>

Separando o *desejável* do *possível*, afronta-se o *inusitado* das possibilidades recalçadas e dos desejos negados. Em cada um dos

<sup>37</sup> proposta de “administração moderna” publicada em encarte voltado às empresas. OESP, 3/8/96, pg.L1.

<sup>38</sup> Dejours C A locura do trabalho. 2ed., São Paulo, Cortez, 1987.

<sup>39</sup> Não há pudor, entre as novas propostas administrativas, em se propor explicitamente o “culto à imortalidade da empresa”, como quesito de “empregabilidade”, veja ABRH (Associação Brasileira de Recursos Humanos) Empresa-rede cultiva talentos, encarte no EOESP, 24.04.97, p.R21. Thyry-Cherques, HR A rebeldia conservadora: Aspectos das resistência à modernização nas organizações brasileiras. RAE,35(1):30-7, 1995 denuncia o confronto entre a “empresa imortal” e o “homem mortal” como consequência de um gênero moderno de administração calcado em parâmetros militares, onde prevalece palavras de ordem do tipo estratégia, táticas, comando etc.

<sup>40</sup> Adorno, T. W. Mínima moralia. Reflexões a partir da vida danificada. São Paulo, ática, 1992.

conceitos aqui revistos (saúde, trabalho e risco), os quais bem ou mal use-se a todo instante, reside tanto o poder da transformação como da subjugação. Como nos tempos atuais, *mudança* é a palavra de ordem, até que ponto a superficialidade está sendo ultrapassada para dar-se conta de que o “novo” é apenas o mesmo velho que se apresenta como novo? O apelo à disciplina, a imposição da condição de vítima sacrificial continuam nas novas expressões organizacionais do “JIT” ou da “reengenharia”. Não é sem razão que estas, cada vez mais, dependam da condição de “*comprometimento organizacional*” para todos, ainda que isto signifique aceitar as piores condições de trabalho.<sup>41</sup> Também não é sem razão, nessa condição disparate, que cada vez mais o trabalho e a vida se aproximem da prática da “*razão cínica*”, como denuncia o filósofo Sloterdij.<sup>42</sup>

Esse breve exame crítico das referências mais fundamentais em saúde e trabalho se propôs à redução de certezas e à abertura ao espanto. A transformação das percepções em possibilidades e desejos coloca em posição absurda a prática profissional corrente de muitos na promoção de saúde no trabalho. O que ainda se assiste, é o olhar técnico, por vezes de grata sensibilidade política, rendendo-se, porém, ao espírito dominante da ausência de espírito. O trabalhador fica reduzido ao sujeito de “necessidades técnicas”, sejam elas biológicas, psíquicas ou sociais. Os ambientes de trabalho, de mesma forma, nada representam além de objetos mensuráveis.<sup>43</sup> Não há espaço para a subjetividade, não há espaço para um passado ou futuro nesses novos tempos imediatistas. E, sem perspectiva de passado ou futuro, não há também perspectiva humana. Persiste apenas uma monótona rotina de apelo à disciplina e de manifestação dos seus resultados frustrados. A melhoria das condições de trabalho passa necessariamente por diferentes formas de compreensão da condição humana, ainda que só uma delas possa nos agradar, nos iluminando o *desejável* e nos dirigindo na busca do *possível*.

<sup>41</sup> Uma análise dessa sutil imposição pode ser encontrada em Lieber, RR Comprometimento organizacional, condições de trabalho e proteção da saúde: uma forma de aceitar o inaceitável? In: 12o. Seminário de segurança industrial, São Paulo, 20-3.05.97. Anais, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Petróleo IBP, pp.48-56, 1997.

<sup>42</sup> A obra de Sloterdij relativa à “*Razão cínica*” está comentada em Zizek, op. cit. p.297. A falácia de muitos projetos ditos “ergonômicos” é analisada sob esse prisma por Wilson JR Participation: A framework and a foundation for ergonomics? *J. Occup. Psychol.*, 64:67-80, 1991. Em nosso meio há achados a esse respeito no trabalho de Oliveira, G. Programas participativos na empresa: Visão dos trabalhadores. *Rev. de Administração*, 25(4):54-9, 1990.

<sup>43</sup> Lieber, RR Saúde no trabalho rumo ao ano 2000: Tendências na avaliação dos ambientes de trabalho. *Rev. Bras. Saúde Ocupacional*, 74(3/4):52-60, 1991.

